

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE SÃO PAULO**

URGENTE

PEDIDO CAUTELAR

Abertura da Sessão em 30/10/2025 (quinta-feira)

Enzo Scatolin Camacho, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito no CPF sob o nº 374.797.778-25 e na OAB/SP sob o nº 457.152 (Doc. 01), com endereço eletrônico enzoscamacho@hotmail.com, vem, respeitosamente, à presença de V. Excelência, apresentar

REPRESENTAÇÃO

COM PEDIDO LIMINAR

referente ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 013/2025, promovido pelo Município de Leme/SP, com fundamento no artigo 170, III, § 4º, Lei nº 14.133/21 c/c artigo 214 do Regimento Interno deste E. Tribunal, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

I. DAS IRREGULARIDADES PRESENTES NO EDITAL

Trata-se de Representação em face de irregularidades observadas na Concorrência Eletrônica nº 013/2025, cujo objeto é a *"contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de iluminação pública viária, visando à execução de atividades de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública do Município de Leme/SP"* (Doc. 02 - Edital e Anexos).

O valor estimado do contrato de concessão é de **R\$ 6.526.109,34 (seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil, cento e nove reais e trinta e quatro centavos)**, conforme cláusula III do Edital.

Ocorre que o referido Edital apresenta pontos que impedem a obtenção de proposta vantajosa pela Administração Pública, de modo que é necessária a intervenção deste E. Tribunal de Contas para que sejam sanados os seguintes vícios:

- A. DESRESPEITO AO PRAZO MÍNIMO LEGAL ENTRE A DIVULGAÇÃO DO EDITAL E O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA**
- B. FALTA DE ATESTADO ESSENCIAL - CLÁUSULA 6**
- C. EXIGÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO SEM A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS - CLÁUSULA 7**
- D. ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS - CLÁUSULA 8**
- E. OBRIGAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA**
- F. EXIGÊNCIA DE GRAU DE PROTEÇÃO MÍNIMO QUE DIRECIONA O CERTAME - TERMO DE REFERÊNCIA**
- G. INCONGRUÊNCIAS E OBSCURIDADES TÉCNICAS - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

H. INCONGRUÊNCIAS E OBSCURIDADES TÉCNICAS - TERMO DE REFERÊNCIA

I. VALOR DE REFERÊNCIA - POSTES MULTIAPLICAÇÕES

A seguir serão aprofundados tais pontos, de modo que restará demonstrada a necessidade de determinação de correção do Edital.

A. DESRESPEITO AO PRAZO MÍNIMO LEGAL ENTRE A DIVULGAÇÃO DO EDITAL E O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA

O Edital ora tratado foi divulgado na imprensa oficial do Município em **11/10/2025**, conforme a publicação a seguir¹:

¹ Disponível em:

<https://www.leme.sp.gov.br/assets/files/imprensas/0d23f018af0dbc7bafcc86c72da34d5e.pdf>

<p>2 - IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME</p>	<p>LEME, 11 DE OUTUBRO DE 2025</p>
<p>LOTE 09 - INFORGIGA SUPRIMENTOS LTDA R\$ 11.747,00 LOTE 10 - VENDOR INF. IMPORT.IND. COM. RECARGA E MANUT. R\$ 5.398,00 EIRELI ME. R\$ 1.392,00 LOTE 11 - DESERTO</p>	<p>Valor Global: R\$ 21.446,52 (vinte e um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e cinquenta e dois centavos). Prazo: 12 meses, contados de 17/12/2025 a 16/12/2026. Data da assinatura: 08/10/2025. Modalidade: Dispensa por Limite nº 060/2024. Suporte legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações pertinentes. Leme/SP, 08 de outubro de 2025.</p>
<p>LEME, 09 DE OUTUBRO DE 2025</p> <p>LISETE CRISTINA GANEO KINOCK SECRETÁRIA DE SAÚDE</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 087/2025</p>	<p>VANESSA GALLONI CARRERA Diretora Presidente CRISTIANE HABERMANN Diretora Administrativa e Financeira</p>
<p>A Secretária de Obras e Planejamento Urbano no uso de suas atribuições legais homologa o resultado do Pregão Eletrônico nº. 087/2025 adjudicando a empresa conforme segue:</p> <p>LOTE 01 - LMG MANUTENÇÕES E COMÉRCIO EM GERAL LTDA R\$ 1.382.000,00 Formalize-se a Ata de Registro nos termos do edital Leme, 07 de outubro de 2025</p>	<p>SAECIL SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME</p> <p>PORTARIA N.º 6.276 de 1º de agosto de 2025 Cancela Atribuição de Encarregado por Equipe</p>
<p>ELISA LEME DE ARRUDA SECRETÁRIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO</p> <p>PREGÃO ELETRÔNICO Nº 089/2025</p> <p>O Secretário de Transportes e Viação no uso de suas atribuições legais homologa o resultado do Pregão Eletrônico nº. 089/2025 adjudicando a empresa conforme segue:</p> <p>LOTE 01 - RETIFICA CONQUISTA LTDA - R\$ 42.950,00 LOTE 02 - RETIFICA CONQUISTA LTDA - R\$ 34.950,00 Formalize-se a contratação nos termos do edital Leme, 08 de outubro de 2025</p>	<p>O Diretor Presidente da SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais, CANCELA, a pedido, a partir da presente data, a atribuição de Encarregado por Equipe efetuada através da Portaria nº 5.964, de 15 de março de 2024, ao servidor EDUARDO HENRIQUE GENERICK, portador do RG/SSP/SP n.º 41.757.916-0. Gabinete do Diretor Presidente Em 1º de agosto de 2025</p> <p>MAURÍCIO RODRIGUES RAMOS Diretor Presidente</p> <p>PORTARIA N.º 6.312 de 09/10/2025 Cancela Nomeação para Desempenhar Atribuições Especiais</p>
<p>PAULO CÉSAR MÁXIMO SECRETÁRIO DE TRANSPORTES E VIAÇÃO</p> <p>RESUMO DE EDITAL</p> <p>A Prefeitura do Município de Leme, comunica que encontra-se instaurado e disponível o processo abaixo:</p> <p>CONCORRÊNCIA "ELETRÔNICA": Nº 013/2025; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA, VISANDO À EXECUÇÃO DE ATIVIDADES DE MODERNIZAÇÃO E EFICIENTIZAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEME/SP; Edital Na Íntegra: (www.leme.sp.gov.br Entrar No Link: Licitações - Concorrência Eletrônica - Lei 14.133/21 - 2025); www.novobmmnet.com.br; PNCP - Portal Nacional de Contratações Públicas - https://www.gov.br/pncp/pt-br : RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: A PARTIR DAS 08:00 HORAS DO DIA 14 DE OUTUBRO DE 2025; ABERTURA DAS PROPOSTAS: AS 08:01 HORAS DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2025; INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: AS 08:10 HORAS DO DIA 30 DE OUTUBRO DE 2025; REFERÊNCIA DE TEMPO: PARA TODAS AS REFERÊNCIAS DE TEMPO SERÁ OBSERVADO O HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF. LOCAL: www.novobmmnet.com.br "ACESSO IDENTIFICADO" - Deverão os licitantes ficarem cientes para acompanhamento de eventuais alterações até a data marcada para abertura. Leme, 10 de Outubro de 2025</p> <p>CLAUDEMIR APARECIDO BORGES PREFEITO MUNICIPAL</p>	<p>O Diretor Presidente da SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, no uso de suas atribuições legais, CANCELA, a partir da presente data, a nomeação do servidor ROSENO APARECIDO DA SILVA, portador do RG/SSP/SP n.º 20.086.641, para desempenhar atribuições especiais junto à Unidade Especializada (UE-M) "Limpeza e Manutenção de Córregos", efetuada por meio da Portaria n.º 6.037 de 29 de maio de 2024. Gabinete do Diretor Presidente Em 09 de outubro de 2025.</p> <p>MAURÍCIO RODRIGUES RAMOS Diretor Presidente</p> <p>PORTARIA Nº 6.313 de 09 de outubro de 2025 Nomeia servidor para atribuições especiais junto a Unidade Especializada UE - M - Limpeza e Manutenção de Córregos</p> <p>O Diretor da SAECIL, no uso das atribuições legais e em conformidade com os artigos 16-A e 16-B da Lei Complementar Municipal nº 218/1.998, observada a redação dada pela Lei Complementar Municipal nº 691/2.014, bem como as disposições do Regimento Interno da autarquia: Nomeia, a partir da presente data, o servidor FERNANDO DONISETI FRACETTO, para desempenhar atividades relativas a: expedientes de atenção especial à limpeza e manutenção de rios e córregos utilizando-se de máquina do tipo escavadeira hidráulica. O servidor declara ter aceitado as atribuições para bem e fielmente lhes dar cumprimento nos termos do regimento interno ciente das condições lá previstas e estabelecidas, ciente também de que as atividades especiais não afastam a execução</p>

Considerando o agendamento da sessão de abertura de propostas para 30/10/2025, é certo que entre a divulgação do Edital e o prazo para apresentação de propostas é de **14 (quatorze) dias úteis**.

Pois bem, assim dispõe o artigo 55 da Lei nº 14.133/21, aplicável ao certame em questão:

Art. 55. Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são de:

I - para aquisição de bens:

- a) 8 (oito) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto;
- b) 15 (quinze) dias úteis, nas hipóteses não abrangidas pela alínea "a" deste inciso;

II - no caso de serviços e obras:

- a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
- b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e **serviços especiais de engenharia**;
- c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada;
- d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas alíneas "a", "b" e "c" deste inciso; (...)

Primeiramente, ressalta-se que não se está diante de licitação para aquisição de bens, tendo em vista a própria descrição do objeto desta: "contratação de empresa de engenharia especializada em serviços de iluminação pública viária, visando à execução de atividades de modernização e efficientização do sistema de iluminação pública".

Desta forma, incabível a aplicação do inciso I mencionado acima.

Assim, a única hipótese em que a presente licitação estaria correta seria no caso de certame referente a obras e serviços comuns de engenharia, **o que não é o caso!**

Excelências, a licitação é do tipo **Concorrência**, que, por definição, deve ser utilizada em casos de serviços especiais, de maior complexidade técnica. Caso assim não fosse, a Administração poderia ter adotado a modalidade Pregão.

Mais especificamente, esta E. Corte de Contas já teve a oportunidade de analisar Edital com objeto muito semelhante ao presente, relativo a serviços de efficientização e modernização de iluminação pública no âmbito do modelo de “smart cities”. Na oportunidade, **esta Corte entendeu que se tratavam de serviços especiais de engenharia, não padronizáveis**:

E embora a definição do objeto limite-se a indicar a **“contratação de empresa especializada para efficientização e modernização dos pontos de iluminação existente”**, análise de previsões constantes do Termo de Referência **demonstra que o escopo almejado é dotado de complexidade**, consoante registra ATJ-Engenharia e corrobora Ministério Público de Contas.

Observa-se, com efeito, que os produtos e equipamentos previstos relacionam-se ao modelo de “Smart Cities”, com todas as luminárias gerenciáveis, predispostas a serem integradas a sistema de comunicação de telegestão, enviando alarmes e recebendo comandos.

Tampouco os serviços se reduzem ao fornecimento de luminárias, pois a contratada deverá realizar o gerenciamento do parque de iluminação pública, por meio da manutenção de inventário georreferenciado, em base cartográfica, de todos os materiais retirados, colocados e substituídos, com as correspondentes características técnicas.

(...) Ante o exposto, circunscrito às questões analisadas e ante a **constatação de vício insanável**, determina-se à PREFEITURA DE VOTUPORANGA a anulação do edital de Pregão Eletrônico nº 207/2024.

(TCE-SP, TC-024564.989.24-2, Rel. Cons. Marco Aurélio Bertaiolli, julgado em 02/04/2025)

Resta comprovado, portanto, que a Administração Pública de Leme não cumpriu o prazo legal previsto no artigo 55, II, “b” da Lei nº 14.133/21, de modo que a Concorrência ora tratada deve ser suspensa e posteriormente corrigida.

Destaca-se, por fim, que o diminuto prazo para análise do Edital acarreta na impossibilidade da devida participação no certame, haja vista que existem inúmeras condições técnicas referentes ao serviço a serem atendidas para fins de habilitação. Assim, com pouco tempo para análise, é mais provável que hajam inabilitações, apenas restando empresas que porventura tenham ciência dos termos exigidos.

B. FALTA DE EXIGÊNCIA DE ATESTADOS ESSENCIAIS - CLÁUSULA 6

Conforme o Anexo VI do Edital, o objeto se divide na substituição de luminárias atuais, na instalação de novos pontos e, também, na instalação de postes multi aplicações e a operação destes. Veja-se que os postes multi aplicações caracterizam um serviço diverso dos demais e tecnicamente diferente.

No ponto, enquanto o objeto tradicional de iluminação pública tem por finalidade exclusiva assegurar a adequada distribuição luminosa em vias e logradouros, os postes multiaplicações incorporam infraestrutura adicional voltada à integração de equipamentos e sistemas de telecomunicação, monitoramento, sensoramento ambiental, câmeras de vigilância, pontos de Wi-Fi, entre outros dispositivos de tecnologia da informação e comunicação (TIC).

Essa natureza multifuncional altera substancialmente o escopo do serviço. O poste multiaplicação passa a constituir um elemento de infraestrutura urbana compartilhada, cuja gestão envolve requisitos técnicos e regulatórios diversos daqueles aplicáveis à iluminação pública. A operação desses equipamentos demanda gestão de dados, integração com redes de fibra óptica e observância às normas da Anatel e da legislação de telecomunicações.

Ademais, a implantação de postes multiaplicações não pode ser tratada como mera modernização ou expansão do parque de iluminação, pois implica a introdução de nova infraestrutura tecnológica e de serviços correlatos, com finalidades distintas — inclusive de caráter econômico, em razão do potencial de exploração comercial dos ativos de conectividade instalados.

Assim, considerando a natureza diferenciada dos postes multiaplicações, o edital deve exigir atestados de capacidade técnica específicos que comprovem a experiência prévia da licitante na instalação, operação e manutenção desse tipo de infraestrutura. A ausência dessa exigência implica **risco concreto de contratação de empresa sem qualificação técnica compatível, o que pode comprometer gravemente a execução contratual e a integridade do investimento público.**

Como se sabe, a contratação de empresa sem comprovação dessa experiência pode resultar em falhas operacionais, interrupções de serviço, sobrecarga elétrica, incompatibilidade entre componentes de TIC e iluminação, e até vulnerabilidades de segurança da informação, caso haja transmissão de dados por meio da rede instalada. **Além dos prejuízos técnicos, há risco de desperdício de recursos públicos com sistemas que não atinjam desempenho mínimo esperado ou que se tornem inoperantes em curto prazo.**

Do ponto de vista jurídico, a exigência de atestados específicos não constitui restrição indevida à competitividade, mas sim requisito essencial de habilitação técnica previsto no art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que **impõe à Administração o dever de verificar a aptidão dos licitantes para a execução do objeto.** A dispensa desse controle configura afronta aos princípios da seleção da proposta mais vantajosa e da eficiência, podendo ensejar responsabilização dos gestores por inobservância do dever de diligência técnica.

Por fim, este TCE-SP possui posicionamento firme no sentido de que **é cabível a exigência deste tipo de equipamento em licitações que envolvam o serviço de iluminação pública.** Veja-se:

EXAMES PRÉVIOS DE EDITAL. CONCORRÊNCIA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO INTEGRADA, MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, TELEGESTÃO, "POSTES INTELIGENTES". CONDIÇÕES HABILITATÓRIAS RESTRITIVAS. PROCEDÊNCIA/PROCEDÊNCIA PARCIAL DAS REPRESENTAÇÕES.

1. **Para licitar conjuntamente serviços de manutenção/modernização da rede de iluminação pública, envolvendo a tecnologia pouco difundida de postes multi-aplicações para smart cities ("Postes Inteligentes"), é**

necessário que seja possibilitada a participação de empresas reunidas em consórcio, e/ou permitida a subcontratação dos serviços de fornecimento e instalação de "Postes Inteligentes", com vistas à ampliação da

competitividade do certame. 2. A comprovação de experiência anterior, para fins de habilitação, em instalação de postes multi-aplicações para smartcities ("Postes Inteligentes"), da maneira como foi exigida no Termo de Referência – Anexo II, constitui demonstração de qualificação técnica em atividade específica. 3. Não é cabível à Contratada arcar com os custos da fiscalização, que estão a cargo da Administração.

(TCE-SP, processos 22347.989.21-2, 22408.989.21-8, 22410.989.21-4 22442.989.21-6, Rel. Cons. Cristiana de Castro Moraes, julgado em 10/02/2022).

No presente caso é possível a participação em Consórcio (cláusula 4), então nada impediria tal exigência.

Portanto, é de rigor a reforma do Edital para que este exija expressamente a apresentação de atestados de capacidade técnica operacional e profissional que comprovem a execução satisfatória de serviços semelhantes envolvendo postes inteligentes. Essa medida resguarda a Administração de riscos técnicos e patrimoniais, além de assegurar a execução contratual de acordo com as finalidades tecnológicas e de inovação urbana que caracterizam o objeto.

C. B.2 - EXIGÊNCIA IRREGULAR DE LAUDOS TÉCNICOS - CLÁUSULA 7

A cláusula 7.4 assim exige:

7. Declarações e Laudos Técnicos (vide item 3.11.1)

Para fins de comprovação da adequação técnica do objeto ofertado, deverão ser apresentados os seguintes documentos e declarações: (...)

7.4. Laudo técnico de capacidade de produção, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO;

A exigência contida no item 7.4 do edital, que determina a apresentação de laudo técnico de capacidade de produção emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO, revela-se **tecnicamente inviável e metodologicamente incorreta** na forma em que está redigida, sobretudo **diante da ausência de dados completos e precisos sobre os cenários luminotécnicos e os pontos de medição definidos pela própria Administração.**

A elaboração de laudos e simulações luminotécnicas depende diretamente de parâmetros técnicos que devem ser previamente disponibilizados pelo poder público, tais como: localização georreferenciada dos pontos de iluminação, altura e distância entre postes, fluxos luminosos mínimos exigidos por via, classes de iluminação conforme a ABNT NBR 5101, índices de refletância do pavimento, bem como eventuais restrições urbanísticas e ambientais. **Sem esses dados, não há base científica nem operacional para realizar cálculos confiáveis de iluminação**, uniformidade e eficiência energética, de modo que qualquer simulação apresentada nesse contexto careceria de validade técnica.

Ao exigir a apresentação de laudos e comprovações técnicas sem fornecer os elementos de projeto necessários, o edital transfere indevidamente à licitante a responsabilidade de definir condições que cabem exclusivamente à Administração. Essa inversão metodológica compromete o julgamento objetivo das propostas, inviabiliza a comparabilidade entre soluções concorrentes e cria um ambiente de incerteza técnica que pode restringir a competitividade do certame.

Em síntese, a exigência de simulações e laudos sem a prévia disponibilização dos cenários luminotécnicos completos e definidos pela Administração compromete a higidez técnica do procedimento licitatório e cria barreira artificial à ampla participação de licitantes, devendo ser revista para que se assegure a correta demonstração da adequação técnica do objeto ofertado, com base em parâmetros objetivos, previamente definidos e acessíveis a todos os concorrentes.

Assim, deve ser suspenso o Edital e posteriormente determinada a exclusão do item 7.4 ou a apresentação dos dados completos para a elaboração do referido laudo.

Aliado ao pouco tempo para a análise do Edital e formulação de propostas, é certo que se torna praticamente impossível a apresentação de laudos adequados.

D. ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS - CLÁUSULA 8

A Cláusula 8 exige a apresentação de amostras para fins de classificação da licitante que apresentar a melhor proposta:

8. Amostras (Vide item 3.11.1)

8.1. A empresa provisoriamente classificada em primeiro lugar deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sessão, as amostras das luminárias, de seus respectivos componentes e de todos os itens constantes no Termo de Referência, em conformidade com as especificações técnicas do edital. (...)


8.3. A apresentação das amostras deverá observar a seguinte organização:

Item	Descrição	Quantidade de Amostras	Observações
1	Luminária LED modelo "X"	01 unidade por modelo ofertado	Deve conter todos os acessórios e etiquetas técnicas do

Página 17 de 68

Rua Dr. Armando Salles de Oliveira, 1.085 - 3º Andar • Centro • CEP 13610-220 • Leme • SP
19 3097-1000 • CNPJ: 46.362.661/0001-68 • licitacao@leme.sp.gov.br • www.leme.sp.gov.br

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS



Item	Descrição	Quantidade de Amostras	Observações
			fabricante
2	Driver/reator da luminária	01 unidade por modelo ofertado	Deve ser o mesmo componente que será utilizado na produção em série
3	Módulo óptico / lente	01 unidade por modelo ofertado	Identificação clara do grau de abertura
4	Braço / suporte metálico	01 unidade	Conforme especificação do TR
5	Demais componentes indicados no Termo de Referência	Conforme especificado	Inclusão obrigatória de todos os itens correlatos necessários à instalação

Pois bem, não há justificativa técnica que fundamenta a exigência de apresentação de amostras isoladas do módulo/lente da luminária (item 3 da tabela), visto que a avaliação da performance e conformidade de equipamentos de iluminação, por padrão, **deve ser realizada em sua totalidade (corpo completo, driver, módulo, lente, etc)**, sendo a eficácia luminotécnica e a certificação do produto testadas e validadas de forma integrada.

Preocupante também é o item 5 da tabela, que exige a comprovação de atendimento de “demais componentes indicados no Termo de Referência”.

Excelências, **o item 5 verdadeiramente impõe à licitante a demonstração de atendimento de toda a solução na fase de amostras, o que é vedado por esta E. Corte.**

No ponto, vejamos:

RECURSO ORDINÁRIO. CONTRATO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SISTEMA INFORMATIZADO. **PROVA DE CONCEITO. ATENDIMENTO DE 85% DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. DESCONFORMIDADE COM O ENTENDIMENTO PREDOMINANTE NOS PRECEDENTES DO E. TRIBUNAL PLENO. NÃO PROVIMENTO.**

(...) De tal sorte, a exigência do item 8.3 do edital representou um mínimo de 85% de todas as especificações e funcionalidades exigidas, o que está em desconformidade com o entendimento predominante nos precedentes do e. Tribunal Pleno. A título exemplificativo, trago 2 casos em que o e. Tribunal Pleno entendeu irregular cláusulas com a aderência mínima de 80% das especificações do objeto a ser contratado, consoante abaixo: (...) (TCE-SP, TC-005418.989.25-7, Rel. Cons. Maxwell Borges de Moura Vieira, julgado em 19/08/2025)

Sendo assim, é de rigor a reforma das exigências de amostras para que i) seja exigida amostra do equipamento escolhido como um todo e ii) não seja exigida comprovação de atendimento da totalidade da solução, conforme entendimento predominante nesta E. Corte.

E. OBRIGAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA

O item 1.2 do Termo de Referência apresenta a seguinte obrigação:

1.2. As atividades previstas neste Termo de Referência serão desenvolvidas no Município de Leme/SP e consistem na prestação de serviços de modernização do parque luminotécnico municipal, contemplando a substituição de luminárias obsoletas por luminárias em tecnologia LED, a instalação de novos pontos de iluminação pública para atendimento de demanda reprimida e a implantação de postes multiaplicações, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes. As ações compreendem: (...)

e) **A execução de podas pontuais e a supressão parcial ou total da vegetação, sempre que necessárias para viabilizar a instalação dos**

equipamentos, serão de responsabilidade da Contratada, mediante prévia solicitação e comunicação formal.

Pela análise do Edital, percebe-se que não há qualquer estimativa ou delimitação prévia por parte da Administração, o que representa grave imprecisão técnica e potencial desequilíbrio econômico-financeiro do futuro contrato.

A supressão e a poda de vegetação constituem serviços de natureza variável e onerosa, cujo custo depende de fatores como espécie e porte das árvores, quantidade de pontos afetados, necessidade de transporte e destinação de resíduos, licenciamento ambiental, e até interferências com a rede elétrica. **A inexistência de levantamento prévio — ainda que estimativo — do volume, extensão e localização dessas intervenções impede que as licitantes formulem propostas economicamente adequadas e comparáveis entre si.**

Sem essa referência, cada licitante será compelida a adotar premissas próprias quanto ao volume de vegetação a ser suprimido. **Algumas poderão superestimar os custos, por cautela, resultando em propostas artificialmente elevadas**; outras, ao contrário, poderão subestimar o serviço, o que comprometerá a execução e ocasionará desequilíbrio contratual, aditivos e potenciais paralisações futuras. Ambas as situações configuram violação ao princípio do julgamento objetivo e à busca da proposta mais vantajosa, conforme previsto no art. 5º, caput e inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Além disso, a ausência de dimensionamento mínimo do serviço contraria o dever de planejamento e a exigência de projeto básico adequado, segundo os quais o edital deve conter elementos técnicos suficientes para caracterizar o objeto e permitir a avaliação precisa dos custos envolvidos. **É responsabilidade da Administração realizar o estudo prévio de interferências ambientais e de vegetação, especialmente em contratos de grande escala**, como os de iluminação pública, em que há milhares de pontos de instalação distribuídos pelo território municipal.

Portanto, é tecnicamente inadequado transferir à contratada a obrigação de executar serviços de supressão vegetal sem qualquer delimitação prévia de escopo ou estimativa de quantitativos, pois isso afronta os princípios da

previsibilidade, da segurança contratual e da isonomia entre licitantes. Recomenda-se que o edital seja retificado para incluir levantamento técnico prévio das interferências vegetais ou, ao menos, critérios objetivos de medição e pagamento, garantindo que o risco e o custo dessa atividade sejam corretamente distribuídos e mensurados no processo licitatório.

Desta forma, é de rigor a exclusão do item “e” da cláusula 1.2 do Termo de Referência, ou o levantamento prévio por parte de Administração para que seja possível a correta precificação dos serviços.

F. EXIGÊNCIA DE GRAU DE PROTEÇÃO IK 09 - TERMO DE REFERÊNCIA

O item 6.2 do Termo de Referência exige:

6.2 Requisitos Construtivos

g) Resistência a Impactos: Mínimo IK-09.

A exigência de grau de proteção IK 09 é indevida e tecnicamente inútil no presente caso. Vejamos.

Ao exigir grau de proteção mínimo IK09, o Edital contraria as Portarias do Inmetro nº 20/2017 e 62/2022, que dispõem que o grau mínimo de proteção das luminárias, corresponde ao IK 08, verifica-se:

Portaria do Inmetro nº 20/2017

ANEXO I-A – REQUISITOS TÉCNICOS PARA LUMINÁRIAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA QUE UTILIZAM LÂMPADAS DE DESCARGA

A - REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA

(...)

A.9.4 Proteção contra impactos mecânicos externos As luminárias devem possuir uma resistência aos impactos mecânicos externos correspondente, no mínimo, ao grau de proteção IK08, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262. Após a aplicação dos impactos, as amostras não devem apresentar quebras ou trincas ao longo de sua estrutura

ANEXO I-B – REQUISITOS TÉCNICOS PARA LUMINÁRIAS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA VIÁRIA QUE UTILIZAM TECNOLOGIA LED

A - REQUISITOS TÉCNICOS DE SEGURANÇA

A.5.5 Proteção contra impactos mecânicos externos As luminárias devem possuir uma resistência aos impactos mecânicos externos correspondente, no mínimo, **ao grau de proteção IK08**, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262. Após a aplicação dos impactos, as amostras não devem apresentar quebras ou trincas ao longo de sua estrutura.

Portaria do Inmetro nº 62/2022

4.1.10.1 As luminárias devem apresentar, no mínimo, **grau de proteção IK08**, segundo a norma ABNT NBR IEC 62262:2015 (Graus de proteção assegurados pelos invólucros de equipamentos elétricos contra os impactos mecânicos externos (Código IK).

O que se extrai da interpretação conjunta dos subitens acima colacionados é que **houve a elevação do grau de proteção mínimo do IK**, sendo exigido obrigatoriamente, no mínimo, equipamento com o IK 08.

Por outro lado, **não restou justificada e evidenciada** a razão da exigência de equipamento com o IK no mínimo 09.

No ponto, as luminárias que possuem um grau de proteção de IK08 garantem a resistência aos impactos mecânicos externos, razão pela qual asseguram a regular prestação do serviço de iluminação pública. Identifica-se através da norma editada pelo INMETRO, acima apresentada, que é classificada a resistência IK 08 como suficiente e adequada para que as luminárias destinadas à iluminação pública sejam certificadas pelo órgão.

Tal fato ocasionou que **a imensa maioria dos produtos disponíveis nos mercados sigam essa padronização**, fazendo com que quase nenhuma luminária disponível atenda ao previsto no edital.

Esclarece-se que a qualificação IK avalia a capacidade que uma luminária tem de suportar quedas sem ocasionar danos a sua performance. O grau IK08 comprova o impacto de uma massa de 1,7Kg caindo de uma altura de 29,5cm sem que apresente danos. Já o IK09 atesta o impacto de uma massa de 5Kg caindo de uma altura de 20cm.

Contudo, deve-se considerar que as luminárias viárias são instaladas e operam em alturas médias de **8 metros**. Portanto, **não há qualquer diferença de performance, garantia ou durabilidade que justifique eliminar a concorrência em que se visa obter o preço mais vantajoso**, se os produtos são semelhantes, com a mesma performance prática.

Nesse sentido, posiciona-se a jurisprudência de forma cristalina, vislumbra-se:

Representações formuladas pelo ILUMATIC S/A e CLIC COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA. – ME, contra o Edital de Pregão Presencial nº 27/2016, de interesse da PREFEITURA MUNICIPAL DE OSASCO, **objetivando a contratação de empresa para Fornecimento e Instalação de Luminárias LED**. Consoante relatório e voto já disponibilizado, a instrução foi unânime. Ponto central a ser enfrentado, o direcionamento do certame para contratação de tecnologia específica foi admitido e defendido pela origem. No entanto, **não há nos autos prova técnica cabal que justifique a opção administrativa**, inclusive e principalmente sob o aspecto financeiro, de sorte que não vislumbro interesse jurídico a ser tutelado. Adotando como fundamento as considerações técnicas elaboradas pela dependência de Engenharia de ATJ e pela SDG, julgo parcialmente procedente a Representação formulada por ILUMATIC S/A e improcedente aquela da lavra de CLIC COMÉRCIO ELETRÔNICO LTDA. – ME, devendo a Prefeitura Municipal de Osasco efetuar as modificações do Edital decorrentes, republicando-o e respeitando a integralidade do prazo para apresentação de propostas”.

(TCE-SP, TC-13098/989/16-3. Rel. Cons. Antonio Roque Citadini. Tribunal Pleno, Sessão de 21.09.2016).

Avaliando-se que a luminária é um produto de utilização externa fixada em postes, não há – e não houve - motivação para se exigir um produto com o código IK 09, o que efetivamente causa restrição à competitividade e pode sugerir um direcionamento do certame, de modo que tal exigência deve ser excluída do certame.

Assim, é de rigor a exclusão do item “g” do item 6.2 do Termo de Referência ou sua adequação para grau IK 08.

G. INCONGRUÊNCIAS E OBSCURIDADES TÉCNICAS

O Edital apresenta uma série de incongruências e obscuridades com relação aos próprios anexos, de modo que é necessária a suspensão deste para a correção de tais incongruências. Em outras palavras, da forma atual, os licitantes interessados nem mesmo sabem quais especificações devem apresentar. Vejamos:

- O item 6.3.k do Termo de Referência exige que a vida útil das luminárias seja ≥ 90.000 h. Por outro lado, no Anexo VII, consta exigência de vida útil ≥ 100.000 h;
- O item 10.3.2 do TR exige garantia mínima de 5 anos para os relés fotoelétricos todavia não detalha se a garantia se refere à vida útil mínima ou a garantia contratual;
- O item 11.1 do TR traz exigências quanto aos postes multiaplicações todavia não detalha qual o sensor de poluição sonora exigido (item k), não detalha a microestação meteorológica exigida (item m); não detalha a caixa de áudio e a estrutura para antenas exigidas (itens n e o);
- O item 5 da tabela "Avaliação dos Aspectos Físicos da Luminária" do Anexo VII exige a apresentação de luminária com acabamento anticorrosivo mas não detalha o modo de comprovação de tal acabamento;
- O item 3 da tabela "Avaliação dos Aspectos Técnicos da Luminária" do Anexo VII exige fluxo luminoso de 160lm/W, todavia o item 6.3.e do TR trata de 200lm/W como fluxo luminoso mínimo;

- O item 9 da tabela “Avaliação dos Aspectos Técnicos da Luminária” do Anexo VII exige Luminária com THD, todavia a Portaria INMETRO nº 62/2022 não impõe limite máximo;
- O Anexo VII exige que a demonstração deverá ser realizada em tempo real perante os membros da comissão técnica, todavia, não foi explicado como se dará apresentação presencial e em tempo real de um poste inteligente com aproximadamente 8 metros de altura e peso em torno de 450 kg;

Desta forma, é de rigor a suspensão do certame para adequação de tais pontos, sem os quais a Administração não poderá receber propostas devidamente vantajosas.

H. VALOR DE REFERÊNCIA - POSTES MULTIAPLICAÇÕES

O Edital estabelece valor estimado em aproximadamente R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para o fornecimento de poste multiplicações, conforme Anexo VI:

3	1.50%			INSTAÇÃO DE POSTE MULTIAPLICAÇÕES				R\$ 97.877,25
	3.1	Pesquisa de Mercado		INSTALAÇÃO DE POSTE MULTIAPLICAÇÕES	UN	5	R\$ 15.536,07	R\$ 19.575,45
								R\$ 97.877,25

Todavia, cumpre registrar que tal valor encontra-se substancialmente abaixo dos preços praticados no mercado para equipamentos com essa finalidade.

Um poste multiplicações com infraestrutura compatível com aplicações de smart city — incluindo compartimentos técnicos, estrutura reforçada para integração de equipamentos IoT/telecom, dutos internos, sistemas de proteção e dissipação térmica, atendimento a normas elétricas e de segurança urbana, bem como capacidade futura para expansão de conectividade — possui **valores médios entre R\$ 345.000,00 e R\$ 490.000,00, podendo ultrapassar esse montante a depender dos módulos integrados.**

A fixação de valor de referência em patamar tão inferior ao real configura **risco material de inexecutabilidade** e afronta direta ao que dispõe o art. 23, §1º, da Lei 14.133/2021, que exige que o orçamento estimado seja compatível com os preços efetivamente praticados.

Além disso, tal situação afasta licitantes sérios, os quais sabem que é **impossível** executar os serviços pelos preços lançados. Neste sentido, é o entendimento deste E. TCE-SP:

Tal situação, de plano, revela ocorrências graves. Primeiro, a confirmada impropriedade do orçamento elaborado para a contratação, que no mês seguinte foi elevado em cerca de 40%, demonstrando o ambiente de insegurança em que a licitação foi lançada. (...) Além disso, **inadequado o prosseguimento do certame e a adjudicação do objeto nas referidas condições, pois é inequívoco que a publicação de orçamento subavaliado para a obra é causa de afastamento de fornecedores do objeto**, cientes da inviabilidade daquele preço, restringindo-se e prejudicando, assim, a competitividade do certame.

(TCE-SP, TC-001162/003/08, Re. Cons. Dimas Ramalho, julgado em 13/08/13)

Um orçamento subavaliado compromete toda a lógica de seleção da proposta mais vantajosa, pois induz as licitantes a apresentarem propostas artificialmente reduzidas, baseadas em premissas irrealistas de preço. Essa distorção acarreta **risco direto de inexecução contratual, aditivos onerosos e paralisação de serviços**, situações que não apenas frustram o interesse público, mas também violam os princípios da eficiência, economicidade e do planejamento.

Diante desse cenário, **é imperioso que este E. Tribunal de Contas determine a suspensão cautelar da licitação até que a Administração promova a revisão integral do orçamento estimativo** e a readequação dos elementos técnicos do termo de referência, de modo a contemplar todos os custos, quantitativos e especificações necessárias à fiel execução do objeto.

II. DA MEDIDA LIMINAR: SUSPENSÃO DO CERTAME

Considerando-se os fatos narrados, bem como o disposto na legislação que rege o tema, é de rigor que seja concedida medida liminar para **suspender todos os atos relativos ao Edital de Concorrência Eletrônica nº 013/2025**, promovido pela Prefeitura de Leme/SP.

Como é de conhecimento, para a concessão medida liminar é necessária a conjugação de dois requisitos, quais sejam: (i) fundamento relevante (*fumus boni iuris*) e (ii) que a demora para o provimento possa resultar em ineficácia da medida ou em dano de difícil reparação (*periculum in mora*).

O **fundamento relevante** já está demonstrado: consubstancia-se nas ilegalidades descritas nesta peça:

- A. DESRESPEITO AO PRAZO MÍNIMO LEGAL ENTRE A DIVULGAÇÃO DO EDITAL E O PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS - SERVIÇO ESPECIAL DE ENGENHARIA
- B. FALTA DE ATESTADO ESSENCIAL - CLÁUSULA 6
- C. EXIGÊNCIA DE LAUDO TÉCNICO SEM A PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS - CLÁUSULA 7
- D. ILEGALIDADE NA EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS - CLÁUSULA 8
- E. OBRIGAÇÃO DE SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO - TERMO DE REFERÊNCIA
- F. INCONGRUÊNCIAS E OBSCURIDADES TÉCNICAS
- G. VALOR DE REFERÊNCIA - POSTES MULTIAPLICAÇÕES

Tais pontos ferem, a um só tempo, o princípio da competitividade, da legalidade e da isonomia.

Não obstante, também verifica-se que a atual redação do instrumento convocatório está em desconformidade com a jurisprudência dos Tribunais de Contas, sendo de rigor que o edital em referência seja retificado.

Em decorrência, verifica-se que **a manutenção do texto do Edital ensejará prejuízo de difícil e incerta reparação ao erário**. Se assim for, uma vez que minado o princípio da competitividade, estar-se-á inviabilizando a contratação da empresa que apresenta melhores condições de satisfazer a demanda da Administração Pública, razão pela qual faz-se necessário a suspensão da licitação.

O **perigo da demora**, por sua vez, está consubstanciado na aproximação da data de abertura de propostas (**agendada para o dia 30/10/2025 - quinta-feira**).

Assim, uma vez realizado o certame, **restarão perpetradas as ilegalidades ora apontadas**. Isto porque, novamente, o Edital prevê requisitos que restringem o potencial competitivo, bem como afrontam a Lei Geral de Licitações e Contratos nº 14.133/21.

Por fim, frisa-se que eventual cassação da medida liminar ora pleiteada não acarretará “dano reverso”. Caso assim se dê, o certame poderá seguir normalmente de modo a satisfazer o **interesse público não emergencial**.

Caso a sessão pública venha a se concretizar antes do trâmite desta Representação, requer-se a concessão de medida liminar para suspender os atos supervenientes até seu julgamento final. No ponto, lembra-se que o contrato administrativo que resulta de processo administrativo viciado recepciona os vícios que o antecedem, devendo ser anulado de pleno direito.

Diante de todo o exposto e considerando-se, também, que a assinatura e homologação de contrato administrativo não acarreta perda superveniente do objeto da presente Representação, requer-se o quanto aventado por ser ele medida capaz de gerar menos prejuízo à Administração Pública.

III. CONCLUSÃO E PEDIDOS

Isto posto, conclui-se que o presente Edital deve ser suspenso e revisto, uma vez que **A)** não foi respeitado o prazo legal entre a divulgação do Edital e o limite para apresentação de propostas; **B)** não há exigência de comprovação de capacidade técnica quanto a “postes inteligentes”, o que pode levar a uma contratação desastrosa; **C)** exigiu-se a apresentação de laudo técnico sem informações técnicas imprescindíveis para a elaboração deste; **D)** a exigência de amostra configura obrigação de comprovação da totalidade da solução, o que contraria a jurisprudência desta Corte; **E)** foi transferida a obrigação de supressão de vegetação sem levantamento adequado, de modo que é inviável a apresentação de propostas fidedignas; **F)** foi exigido grau de proteção das luminárias além do tecnicamente necessário, o que encarece o projeto e afasta interessados; **G)** existem incongruências e obscuridades técnicas; **H)** há grande subavaliação no orçamento no que diz respeito aos postes multiaplicações, que tem o custo unitário de aproximadamente R\$ 400 mil e estão sendo licitados a R\$ 15 mil.

Ante ao exposto, considerando as ilegalidades apresentadas na presente Impugnação, respeitosamente, requer:

- a) Seja **concedida a medida liminar** ora pleiteada para **suspender**, até julgamento final da presente Representação, todos os atos relativos ao **Edital de Concorrência Eletrônica nº 013/2025**, promovido pelo Município de Leme, **principalmente a realização da sessão de abertura em 30/10/2025**, impedindo-se também a adjudicação desta, uma vez que o Edital apresenta os insanáveis vícios expostos acima;
- b) Subsidiariamente, caso já realizada a sessão de julgamento, seja concedida medida liminar para suspender os atos supervenientes até o julgamento final da presente Representação, sendo impedida a adjudicação e homologação do objeto da licitação;

- c) Ainda subsidiariamente, caso já assinado o contrato, seja concedida medida liminar para suspender, até o julgamento final da presente, a execução do contrato ante às irregularidades no processo licitatório ora trazidas ao conhecimento desta C. Corte;
- d) Ao final, **seja julgada totalmente procedente a presente Representação**, de modo que seja determinado à Prefeitura que corrija os vícios ora apontados, independentemente da fase em que se encontrar a licitação em referência, determinando-se:
- i. **A republicação do Edital, respeitando o prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis** previsto no artigo 55, inciso II, alínea “b”, da Lei nº 14.133/21, tendo em vista que se trata de serviço especial de engenharia, conforme já reconhecido por esta E. Corte;
 - ii. **A reforma do Edital**, para que este exija a apresentação de atestados de capacidade técnica operacional e profissional que comprovem a execução satisfatória de serviços semelhantes envolvendo postes inteligentes, sob risco de contratação desastrosa;
 - iii. **A exclusão do item 7.4 do Edital** ou a apresentação dos dados completos para a elaboração do referido laudo, sem os quais é inviável a elaboração deste;
 - iv. **A reforma das exigências de amostras** para que i) seja exigida amostra do equipamento escolhido como um todo e ii) não seja exigida comprovação de atendimento da totalidade da solução, conforme entendimento predominante nesta E. Corte;

- v. **A exclusão do item “e” da cláusula 1.2 do Termo de Referência,** ou o levantamento prévio por parte de Administração para que seja possível a correta precificação dos serviços;
- vi. **A exclusão do item “g” do item 6.2 do Termo de Referência** ou sua adequação para grau IK 08;
- vii. **A adequação das incongruências e obscuridades apontadas** no item G desta Representação;
- viii. **A determinação de nova pesquisa de preços referente aos postes multiaplicações,** tendo em vista discrepância do orçamento apresentado com os preços de mercado (quinze mil reais orçados x quatrocentos mil reais na prática;

Termos em que,
pede deferimento.

São Paulo/SP, 28 de outubro de 2025.

ENZO SCATOLIN CAMACHO